

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Dispõe sobre a legitimidade ativa da empresa estipulante em contratos de seguro coletivo para ajuizar ação em defesa do cumprimento das obrigações pactuadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 430 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 436.....

§1º *Ao terceiro, em favor de quem se estipulou a obrigação, também é permitido exigí-la, ficando, todavia, sujeito às condições e normas do contrato, se a ele anuir, e o estipulante não o inovar nos termos do art. 438.*

§2º *A empresa estipulante do contrato de seguro de vida coletivo tem legitimidade para ajuizar ação contra seguradora em defesa do cumprimento das obrigações pactuadas.”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reconhecer expressamente a legitimidade da empresa estipulante — aquela que contrata o seguro coletivo em favor de terceiros — para ajuizar ação contra a seguradora quando houver descumprimento das obrigações pactuadas.

A proposta se inspira em recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferida no Recurso Especial nº 2.004.461, relatado pela ministra Nancy Andrighi, em que se firmou o entendimento de que a estipulante tem legitimidade ativa para exigir judicialmente o cumprimento do contrato de seguro coletivo.



Segundo a decisão, embora a estipulante atue como mandatária dos segurados, sua legitimidade ativa deve ser reconhecida quando o inadimplemento contratual da seguradora lhe causar prejuízos diretos, ou quando a ação tiver por objeto a defesa das obrigações assumidas entre as partes contratantes. O fundamento jurídico está no artigo 436, parágrafo único, do Código Civil, que permite à estipulante e ao beneficiário exigir do prestador o cumprimento da obrigação.

A presente proposição renumera esse artigo e acrescenta o parágrafo para expressamente garantir que a empresa estipulante do contrato de seguro de vida coletivo tem legitimidade para ajuizar ação contra seguradora em defesa do cumprimento das obrigações pactuadas.

Ao elevar esse entendimento à condição de lei, a proposta traz maior segurança jurídica às relações securitárias, evitando decisões conflitantes e garantindo que a empresa estipulante, responsável por intermediar o benefício para os segurados, possa atuar efetivamente na proteção de seus direitos e dos beneficiários.

Diante da relevância do tema, conclamo os nobres Pares a apoiarem a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado JONAS DONIZETTE

1- Superior Tribunal de Justiça (STJ). *REsp nº 2.004.461 – Rel. Ministra Nancy Andrighi – 3ª Turma – Julgado em 23/02/2023*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/381960/stj-estipulante-pode-ajuizar-acao-para-cobrar-seguro-de-vida>

